

TERMO DE REFERÊNCIA

RETIFICADO (30/09/2020)

1. OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a “Contratação de empresa especializada em instalação de rede elétrica, para desativação e substituição de subestação aérea (Posto de Transformação) com transformador, sendo a desativação de 02 subestações aéreas na Feira Livre Central João Totó Câmara e substituição de transformador e disjuntor no CEIM Profª. Isilda Aparecida dos Santos Souza (CEIM do Jardim Colibri) e no CEIM Profª. Maria de Lourdes Silva (CEIM do Altos do Indaiá), com a devolução dos materiais reaproveitáveis no depósito do Município”, conforme estabelecido neste instrumento.

2. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que para dar funcionalidade às obras da 1ª fase da Feira Livre Central de Dourados Prefeito João Totó Câmara (Horti-Fruti, Armazinhos, Banheiro Secundário, Urbanização), cujas obras foram realizadas por meio do Contrato nº. 368/2015/DL/PMD, foram instalados 02 (dois) Transformadores de 112,5kVA. Atualmente existem 02 Unidades Consumidoras com Posto de Transformação de 112,5kVA, UC 10/3380651-4 e 10/3380657-1), para cumprir o Termo de Compromisso Técnico/Comercial ENERGISA/CGCP/TC/1-11.2016, de 18 de novembro de 2016, celebrado entre a Energisa Mato Grosso do Sul e a Prefeitura Municipal de Dourados/MS.

Entretanto, com a construção 2ª fase da Feira Livre Central de Dourados Prefeito João Totó Câmara (Área de Apoio Coberta, Banheiro Central, Casa de Força), a Energisa, através do documento (Carta nº CT-CGCP-GA 341/2019), exigiu que a Feira Livre tivesse apenas uma entrada ÚNICA de energia elétrica.

Com isso, será necessário construir uma Subestação de 500kVA, para posterior desativação das 02 (duas) Unidades Consumidoras atuais, com Transformadores de 112,5kVA, UC 10/3380651-4 e 10/3380657-1. A construção desta Subestação de 500kVA será executada através do “Contrato de Repasse 804662/2014/MAPA/CAIXA – Processo 1018977-79”, faltando apenas executar a Desativação desses 02 Postos de Transformação de 112,5kVA existentes.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Concluídas estas etapas os materiais reaproveitáveis destes postos de transformação (Transformadores de 112,5kVA, Disjuntores de 300A, postes, cabos elétricos, etc) ficarão disponíveis ao patrimônio desta Prefeitura Municipal.

Conforme pareceres técnicos números 202019L, de 22 de outubro de 2019, e 212019L, de 31 de outubro de 2019, elaborados conforme solicitações das Comunicações Internas números 278/2019/SEMFAZ e 041/2019/SEMAD, os quais propõe como solução para não ocorrer mais cobranças de Demanda não consumida a substituição dos atuais Transformadores de 150 kVA e Disjuntores de 400A das Unidades Consumidoras UC 10/3339553-4 CEIM Prof. Isilda Aparecida dos Santos Souza (CEIM do Jardim Colibri) e UC 10/3339550-0 CEIM Prof. Maria de Lourdes Silva (CEIM do Altos do Indaiá) por Transformadores de 112,5kVA e Disjuntores de 300A. Os transformadores de 112,5kVA e Disjuntores de 300A a substituir nestes CEIM's serão os que ficarão disponíveis após o atendimento do Termo de Compromisso Técnico/Comercial ENERGISA/CGCP/TC/1-11.2016, conforme informado anteriormente. Concluídas estas substituições destes Transformadores e Disjuntores destes CEIM's, ficarão disponíveis ao patrimônio desta Prefeitura Municipal 2 Transformadores de 150kVA e 2 Disjuntores de 400A, os quais deverão ser entregues no depósito do Município.

O atendimento desta demanda proporcionará uma redução anual estimada de R\$ 64.095,74 nas contas de energia elétrica das unidades consumidoras UC 10/3339553-4 CEIM Prof. Isilda Aparecida dos Santos Souza (CEIM do Jardim Colibri) e UC 10/3339550-0 CEIM Prof. Maria de Lourdes Silva (CEIM do Altos do Indaiá), conforme Laudos Técnicos 202019L e 212019L.

3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Art. 30 da Lei nº. 8.666/93)

3.1. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

I. Certificado de registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, com jurisdição no Estado em que está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas.

a. Em se tratando de empresa não registrada em Conselho Regional do Estado de Mato Grosso do Sul, deverá apresentar o registro do Conselho Regional da Categoria Profissional correspondente, do



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto ou documento equivalente do Conselho Regional do Estado de Mato Grosso do Sul para execução dos serviços.

II. Apresentação de no mínimo um ou mais Atestado de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado serviços pertinentes e compatíveis ao objeto a ser licitado.

a. Para atender o disposto acima, é necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;

b. Não serão aceito(s) atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) pela própria licitante ou por organizações de um mesmo grupo empresarial da licitante;

c. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente;

d. Apresentar, preferencialmente, somente os atestados necessários e suficientes para a comprovação da qualificação técnica exigida e, se possível, indicar com marca textos os itens que comprovam as exigências.

III. Declaração da licitante de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

a. Os aparelhamentos/equipamentos estarão sujeitos a vistoria *in loco* pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, por ocasião da contratação e sempre que se fizer necessário;

b. Na relação da equipe técnica, deverão constar os dados mínimos necessários, tais como: nome completo, número do documento de identidade, número de registro do Conselho Regional Profissional correspondente, bem como, indicação da qualificação de cada um dos membros e sua função durante a execução dos serviços objeto da licitação;

c. A declaração deve estar devidamente assinada pelo representante legal da licitante.

3.2. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Profissional:

I. Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pela entidade profissional competente Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e/ou



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão na execução dos serviços e que contemple Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Termo de Responsabilidade Técnica-TRT de serviços com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência e seus anexos, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto.

II. Declaração da licitante, de que o profissional detentor da Anotação de Responsabilidade Técnica-ART ou Termo de Responsabilidade Técnica-TRT será, obrigatoriamente, o responsável técnico que acompanhará os trabalhos, caso esta licitante seja vencedora da licitação, bem como, a anuência do profissional aceitando o exercício da função pelo acompanhamento dos serviços.

- a. Fica proibida a indicação, por duas ou mais licitantes, do mesmo Responsável Técnico, hipótese na qual todas serão inabilitadas;
- b. A declaração deve estar devidamente assinada pelo representante legal da licitante, bem como, pelo profissional indicado como responsável técnico.
- c. Caso a Contratada venha substituir o responsável técnico posteriormente, no decorrer da execução dos serviços, deverá comprovar que o novo profissional possui a experiência e acervo equivalente ou superior ao exigido na licitação e desde que a substituição seja aprovada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, sob pena de rescisão contratual.

III. Comprovação de vínculo profissional do(s) responsável(eis) técnico(s), que deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para licitação e posteriormente até a conclusão, através da apresentação de um dos seguintes documentos.

- a. No caso de empregado, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em que conste a licitante como contratante, sendo necessário as folhas de identificação (foto/assinatura e qualificação civil);
- b. No caso de profissional autônomo ou a ele equiparado, cópia do Contrato de Prestação de Serviços que mantém com a licitante ou documento equivalente aceito pelo respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional para fins de registro ou inscrição, juntamente com a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao respectivo Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais – CRT, com



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional citado no referido Instrumento Particular, como responsável técnico da proponente; e,

c. Se o profissional for sócio/proprietário da empresa, deverá apresentar documentação comprobatória.

4. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.1. A “Proposta de Preços” deverá ser apresentada digitada em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante ou impressa em formulário contínuo, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo constar:

I. Modalidade e o número da licitação;

II. Indicação da empresa: razão social, endereço completo, telefone e fax atualizado da proponente, para facilitar possíveis contatos;

III. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes nos documentos técnicos elaborados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas;

IV. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real);

V. Prazo de execução;

VI. Condições de pagamento: através de medições dos serviços executados e a apresentação da Nota Fiscal e/ou Fatura, devidamente atestada;

VII. Indicação do prazo de validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada para a abertura da licitação;

VIII. Local, data e assinatura do representante legal da empresa, bem como, o número de Inscrição Estadual (se houver) e carimbo padronizado de CNPJ.

4.1.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.1.2. A licitante deverá possuir a quantidade de equipamentos necessários à execução do objeto, de modo que sejam suficientes ao cumprimento do Contrato.

4.1.3. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

4.1.4. Deverá ser obrigatoriamente datilografada ou digitada em 01 (uma) via, em papel timbrado da licitante, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e assinada pelo representante legal da empresa devidamente identificado.

4.1.5. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada para a abertura da licitação, sendo que, na falta de tal informação ou prazo inferior será considerado o prazo citado.

4.1.6. Os preços cotados para esta licitação deverão ser expressos em moeda corrente do país (real), em algarismo e por extenso.

4.1.7. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução do objeto deste Termo de Referência, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante e serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.1.7. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sendo que, os preços das propostas escritas não poderão incluir qualquer previsão de atualização monetária ou reajuste.

4.1.8. A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita execução do objeto será interpretada como já incluída no preço, não podendo a licitante pleitear acréscimos após a abertura das propostas.

4.1.9. A licitante será responsável por todas as informações prestadas na sua proposta, sujeitando-se às penalidades legais caso essas informações venham a induzir a Comissão Permanente de Licitação em erro de julgamento.

4.1.10. As propostas deverão apresentar preços correntes de mercado.

4.1.11. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

4.2. A licitante deverá - “obrigatoriamente” - sob pena de desclassificação, apresentar conjuntamente com a Proposta de Preços, os seguintes documentos/anexos:

I. Planilha Orçamentária dos serviços a serem executados, incluindo todas as despesas inerentes aos serviços, indicando os preços unitários, para todos os serviços relacionados na referida planilha, os subtotais e preço total;

a. Na planilha deverá ser incluindo todas as despesas inerentes aos serviços, indicando os preços unitários, para todos os serviços relacionados, os subtotais e preço total;



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

- b. É obrigatória a apresentação de preço para todos os serviços relacionados na Planilha Orçamentária, não podendo nenhum item apresentar preço 0 (zero);
- c. Na Planilha Orçamentária, o somatório do produto dos preços unitários propostos pelos quantitativos apresentados, deverá constituir o preço proposto;
- d. No resultado dos produtos obtidos pela multiplicação dos custos unitários pelas respectivas quantidades, se houver centavos, os mesmos serão mantidos sem aproximação;
- e. Erro no preenchimento da planilha não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado;
- f. As planilhas apresentadas serão examinadas para aferição quanto à exequibilidade da proposta ofertada, podendo ser ajustadas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto;
- g. A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar a correção e/ou ajuste nas planilhas apresentadas para que possam refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto, para fins de análise quanto à aceitabilidade do preço total ofertado;
- h. Caso a licitante não efetue a correção no prazo estabelecido, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, desclassificar a proposta nas quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração.

II. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, ajustado à proposta apresentada, devidamente assinado pelo representante legal e/ou responsável técnico da licitante, legivelmente identificado.

5. Da Vistoria Técnica (Facultativa)

A participação da licitante pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência.

Será facultada a realização de Vistoria Técnica no intuito de propiciar ao **interessado** em participar do presente certame licitatório, o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, visando o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, assim como, a posterior execução do objeto.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Caso haja interesse na realização da Vistoria Técnica, esta deverá ser previamente agendada junto a Secretaria Municipal de Obras Públicas, em horário de expediente da PMD (no período das 07h30min às 13h30min), através do telefone (0XX67) 3411-7109 ou diretamente na Secretaria, localizada no Bloco “A” do Centro Administrativo Municipal, sito na Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, na cidade de Dourados-MS.

O prazo para realização da vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do aviso de edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data da sessão de julgamento do certame, nas condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas.

A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do edital ou como justificativa para eventuais pretensões de acréscimo de preços, alteração de sua proposta/cronograma, ou se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta licitação.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO/ENTREGA

As condições de execução são:

Os serviços deverão ser prestados, rigorosamente, dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, na proposta vencedora e contrato firmado entre as partes, com qualidade e esmero, implicando a não observância dessa condição na recusa dos mesmos, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis, não se responsabilizando o Município de Dourados-MS por qualquer indenização.

A Administração fiscalizará obrigatoriamente a execução do Contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observadas as especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar os serviços que, a seu critério, não forem considerados satisfatórios.

O responsável designado pela Contratada obriga-se a conservar-se a testa dos serviços ou designar um preposto mediante aprovação prévia da Secretaria Municipal de Obras Públicas, bem como dispensar dentro de 24 (vinte e quatro) horas o encarregado ou operário cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Para perfeita execução do objeto deste Contrato, a Contratada deverá possuir uma estrutura organizacional que lhe permita atuar prontamente para resolução dos problemas que eventualmente possam ocorrer.

A Contratada assume inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços executados, com as condições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria.

A Contratada arcará com todas as despesas de todos os impostos, taxas, entre outras necessárias, não cabendo a este órgão qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

Os serviços ora contratados não devem ser terceirizados, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

Todas as despesas relativas à execução dos serviços ficarão a cargo da Contratada. Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pela Administração, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pela legislação vigente.

Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

A impossibilidade de execução no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

Os serviços deverão ser executados em horários previamente agendados de forma tal que não prejudique as atividades normais que são realizadas nos locais de desativação e substituição de subestação aérea (Posto de Transformação).

Os **serviços de desativação** de subestação aérea (Posto de Transformação) serão na Feira Livre João "Totó" Câmara, sendo 2 Postos de Transformação (PT) de 112,5 kVA/13,8kV/220V, incluindo demolição da mureta, reparos no piso e transporte dos materiais reutilizáveis (postes, caixas metálicas, fios/cabos, disjuntores, transformadores, porcas, parafusos, etc) para depósito da Prefeitura Municipal de Dourados. O primeiro posto de Transformação a ser desativado está localizado na Feira Livre na rua Cafelândia na atual Unidade Consumidora registrada na Energisa sob o número UC 10/3380651-4. O segundo posto de transformação a ser desativado está localizado na Feira Livre na Rua Adelina Rigoti, na atual Unidade Consumidora registrada na Energisa sob o número UC 10/3380657-1. Para desativação de ambas subestações aéreas será necessária a retirada de todos os materiais/equipamentos pertencentes a elas, inclusive com a demolição da mureta de medição/proteção existente. Estes materiais/equipamentos pertencentes às subestações desativadas deverão ser levados para o depósito da Prefeitura Municipal de Dourados, exceto os materiais



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

resultantes da demolição e entulhos, os quais ficarão sob responsabilidade da Contratada de realizar o descarte ambientalmente correto, lembrando que os Transformadores de 112,5kVA e Disjuntores de 300A destas subestações instalados noutras subestações aéreas, conforme detalhes a seguir.

Os **serviços de substituição** de subestação aérea (Posto de Transformação) serão realizados nos Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM's) Prof. Isilda Aparecida dos Santos Souza (Jardim Colibri) e Prof. Maria de Lourdes Silva (Altos do Indaiá) registrados na Energisa sob o número de Unidade Consumidora UC 10/3339553-4 e UC 10/3339550-0, respectivamente, conforme projetos aprovados na Energisa sob os números 04222/19 e 04225/19, respectivamente. Nas subestações de ambos CEIM's haverá redução da capacidade instalada da subestação aérea, ou seja, serão retirados os atuais Transformadores de 150 kVA/13,8kV/220V e Disjuntores de 400A e instalados os Transformadores de 112,5kVA e Disjuntores de 300A retirados da Feira Livre. O transformador de 112,5kVA/13,8kV/220V e Disjuntor de 300A retirados da UC 10/3380651-4 (Feira Livre – Rua Cafelândia) deverão ser instalados na UC 10/3339553-4 (CEIM Jardim Colibri) onde atualmente estão instalados o Transformador de 150kVA/13,8kV/220V (Registrado na energisa sob o número 205108) e o Disjuntor de 400A, sendo que estes ao serem retirados deverão ser deixados no depósito da Prefeitura Municipal de Dourados. Já o transformador de 112,5kVA/13,8kV/220V e Disjuntor de 300A retirados da UC 10/3380657-1 (Feira Livre – Rua Adelina Rigoti) deverão ser instalados na UC 10/3339550-0 (CEIM Altos do Indaiá) onde atualmente estão instalados o Transformador de 150kVA/13,8kV/220V (Registrado na energisa sob o número 205109) e o Disjuntor de 400A, sendo que estes ao serem retirados deverão ser deixados no depósito da Prefeitura Municipal de Dourados.

Todos os materiais/equipamentos retirados na desativação e/ou substituição de subestação aérea (Posto de Transformação) deverão ser catalogados num memorando que contenha a sua descrição e quantitativo. A entrega destes materiais no depósito da Prefeitura Municipal de Dourados deverá ser acompanhada por um servidor designado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas para as devidas conferências.

Os serviços a serem executados deverão respeitar as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas técnicas da Energisa e as normas de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho.



7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

A Secretaria reserva-se no direito de não aceitar os serviços que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, cabendo aplicação o disposto no art. 24, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

Os serviços recusados pelo Contratante deverão ser corrigidos, automaticamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da data de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.

A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.

Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme discriminado na Planilha de Orçamento o valor previsto da contratação é de R\$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais).

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas estão previstas na seguinte Dotação Orçamentária:

08.00 – Secretaria Municipal de Obras Públicas

08.01 – Secretaria Municipal de Obras Públicas

04.122.011 – Programa de Gestão Administrativa

2.176 – Conservação do Patrimônio Público

33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATADA:

- I. Responsabilizar-se pelos preços ofertados, todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão de obra a serem empregados, seguros e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto a ser licitado;
- II. Executar os serviços através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município e/ou terceiros por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- III. Dar ciência a Secretaria Municipal de Obras Públicas, de qualquer anormalidade verificada;
- IV. Entregar os serviços solicitados de acordo com as descrições contidas nos projetos, memoriais, caderno de encargos e orçamento.
- V. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e se necessário, com vestimenta adequada;
- VI. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos de acordo com as descrições contidas nos projetos, memoriais, caderno de encargos e orçamento;
- VII. Observar as prescrições emanadas do agente da Administração designado para acompanhar e a fiscalizar o contrato;
- VIII. Ser zelosa, de maneira a não por em risco à saúde dos seus empregados, bem como terceiros;
- IX. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- X. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados, bem como terceiros.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da CONTRATANTE:

- I. Emitir Ordem de Serviços;
- II. Exercer a gestão e fiscalização, bem como documentar as ocorrências havidas;
- III. Proporcionar a Contratada meios a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- IV. Prestar aos funcionários/empregados da Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;
- V. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões necessárias;
- VI. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estiverem fora das especificações e/ou em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada;
- VII. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas por servidor designado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8666/93.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8666/93.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução das obrigações contratadas, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às penalidades e sanções discriminadas na Minuta de Contrato.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O objeto a ser licitado, pelas suas características não possui natureza continuada, podendo ter vigência de 04 (quatro) meses, porém poderá ocorrer a prorrogação da vigência contratual nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93, no interesse da Administração Pública.

14. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após medição(ões) realizada(s) pela fiscalização e mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito. Deverá constar ainda, os dados contratuais, tais como: número processo de licitação, modalidade e número do contrato.

A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da emissão de nota fiscal:

- I. **02 (duas) vias da Autorização de Fornecimento (AF)** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
- II. **Nota Fiscal** correspondente aos serviços executados;
- III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade razoável.

No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice “A”, devidamente assinada pelo responsável e no original.



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

15. FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Referência foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimentos administrativos da Lei nº 8.666/1993 e constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

16. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelos servidores abaixo identificados, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


Dourados-MS, 30 de setembro de 2020.


Giselle Andrea de Souza Cazarim
Arquiteta e Urbanista
CAU A20209-6
Prefeitura Municipal de Dourados


Marco Aurélio Duarte Alves
Engenheiro Eletricista
CREA-MS 11506/D
Prefeitura Municipal de Dourados

17. DA AUTORIZAÇÃO

Aprovo o presente Termo de Referência, conforme as justificativas apresentadas e autorizo o encaminhamento para continuidade do processo licitatório.


MARISE APARECIDA BIANCHI MACIEL
Secretária Municipal de Obras Públicas



Estado de Mato Grosso do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

APÊNDICE "A"

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável